



BILHETE do Sindicato

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS METROVIÁRIOS SP – FILIADO À CUT 30/08/2007 Nº 327

Pres.: Flávio Montesinos Godol. Dir. Resp.: Manuel Xavier Lemos Filho. Redação e revisão: Marcela F. Oliveira. Editoração: Maria Figueira. Impressão: Hercúlio Falcão. R. Serra do Japi, 31 - Tatuapé - CEP 03300-000 - São Paulo - SP. F: 6195-3600. Fax: 6198-3233. End. Eletrônico: sindicato@metroviarios-sp.org.br

PR 2007:

Sindicato apresenta contra proposta

Em reunião com o Metrô no dia 23/8, a Comissão de Negociação da PR propôs um acordo parcial que prevê o adiantamento de R\$ 800 em 1º de setembro e que seja estabelecido o prazo de 60 dias para celebração do acordo definitivo. O Sindicato formalizou esta proposta por meio de carta enviada ao Metrô nesta quarta-feira, 29/8

Além da antecipação, o Sindicato propôs que sejam estabelecidas metas com os seguintes indicadores: intervalo entre trens, cumprimento da oferta programada, passageiros transportados por empregado, disponibilidade de trens para atendimento do Programa de Oferta de Trens nos picos, avaliação de satisfação, número de reclamações gerais e índice de assiduidade dos empregados.

A proporcionalidade é um tema que a categoria já debateu em várias oportunidades e que, em todas elas, foi amplamente rechaçada. Por este motivo, e seguindo a deliberação de assembléia, a Comissão reafirmou que não aceitará a proporcionalidade, mantendo todos os canais abertos para a continuidade da negociação.

Até agora a empresa não se posicionou oficialmente em relação à nossa proposta, no entanto, na reunião do dia 23 antecipou a sua disposição de manter o pagamento da PR proporcional ao salário de cada metroviário.

O Sindicato continuará buscando uma solução negociada para garantir a antecipação da PR e um contrato que mantenha o pagamento de um valor igual para todos os metroviários.



fac-símile da carta enviada ao Metrô

Eleição do Sindicato

Lembre-se! A eleição do Sindicato acontecerá entre os dias 10 e 14 de setembro. Em breve divulgaremos o roteiro das urnas. Fique atento e participe! Vamos eleger a nova diretoria do Sindicato!

Liminares garantem reintegração de demitidos

Com o objetivo de defender a reintegração dos companheiros que foram demitidos depois da última greve, o Sindicato está tomando várias medidas, nos diversos campos de resistência.

No âmbito da justiça do Trabalho, já conquistamos cinco liminares que garantem a reintegração de alguns metroviários. Nesta terça-feira, 28/8, acompanhados por um oficial de justiça, foram reintegrados os companheiros Soares, do PAT, e Fábio, do EPB. Agora aguardamos a

designação do oficial de justiça para reintegrar os companheiros Dagnaldo OT/LLO, Rabello AS e Sandra PAT.

Esperamos também o deferimento de novas liminares, pois todas as demissões foram arbitrárias e truculentas, sem justa causa, caracterizando demissão imotivada, o que, no caso de empresa pública, é condenável.

Na liminar do companheiro Rabello, o Juiz Lucio Pereira de Souza aborda esta questão com a seguinte argumentação: "... isso mais se firma neste

sentido quando se verifica que não houve nenhum fundamento apresentado para justificar a dispensa do autor, exigível aos atos estatais, ainda que da administração indireta, para que se torne possível o controle dos mesmos em face do bem comum e das garantias fundamentais do cidadão".

Certos de que estamos no caminho correto, continuaremos envidando todos os esforços no sentido de reintegrar cada um dos companheiros demitidos covardemente pelo governo Serra.

Desligados do Metrô têm direito a continuar no Metrô

De acordo com a determinação da Anvisa, ao se desligar da empresa, todos os metroviários continuam com o direito a utilizar os serviços do plano de saúde do Metrô pelo período máximo de dois anos, desde que assumam o pagamento da parte da patrocinadora, ou seja, do Metrô, e continuem pagando a sua parte. Isso é o que garante a lei e que ficou esclarecido na reunião realizada entre o Sindicato

e o Metrô, nesta terça-feira, 28/8, contando com a participação dos demitidos.

Plano de Suplementação

De acordo com a legislação vigente, ao se desligar da empresa, o metroviário deve solicitar, por escrito, todas as opções a seu alcance e verificar qual a melhor decisão a ser tomada.

Depende da condição

do participante (metroviário) nos Planos de Suplementação I e II, há a possibilidade de passar a receber imediatamente sua suplementação; parar de contribuir com o plano e aguardar as condições para começar a receber ou resgatar parte dos valores acumulados. Por este motivo os casos devem ser tratados individualmente e, se houver dúvidas, consulte o departamento Jurídico do Sindicato.

Acordo coletivo e pendências

O Sindicato participou de uma reunião com o Metrô nesta quarta-feira, 29/8, com o objetivo de agilizar a assinatura do Acordo Coletivo 2007. Foram discutidas divergências existentes em algumas cláusulas, que o Metrô analisará até sexta-feira, 31/8, quando está prevista sua homologação.

Sobre as pendências da campanha salarial, o

Metrô afirmou que enviará uma correspondência ao Sindicato até o dia 31 de agosto informando os encaminhamentos que serão dados para as seguintes reivindicações: concurso de OTs, mudanças de jornadas de 40 para 36 horas para quem ganhou processo no TST, pagamento de adicionais de 220 para 180 horas semanais, entre outras.

Aposentadoria não interrompe contrato de trabalho

Nesta quarta-feira, 29/8, o jornal *Agora SP* divulgou uma matéria informando que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinou o pagamento integral da multa de 40% a um aposentado demitido, o que contraria as intenções da empresa de continuar demitindo metroviários aposentados sem pagar os seus direitos.

O TST seguiu determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) de outubro de 2006, acrescentando ainda que esta decisão é um indicativo de que o tribunal poderá publicar uma orientação jurisprudencial, norma única para a Justiça trabalhista.

No entanto, isso não significa que a pretensão do Metrô de voltar a demitir, a partir de setembro, os aposentados que completaram 55 anos seja justificável! Muito ao contrário! Para o Sindicato, a Cia está cometendo duas graves irregularidades. A primeira é demitir funcionários aposentados, pois a decisão do STF é contrária ao parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE), que considera extinto o contrato de trabalho quando da aposentadoria; e a segunda é não pagar a multa de 40% sobre todo o FGTS destes trabalhadores.

Reunião dos aposentados

O Sindicato convoca todos os metroviários aposentados, que estão se aposentando ou em período de pré-aposentadoria, na ativa, para uma reunião com os advogados do Sindicato, no dia 3/9, segunda-feira, às 18h, com o objetivo de discutir sobre a ameaça de demissão, pagamento da multa de 40% sobre fundo de garantia e adoção de medidas que preservem o direito de se aposentar e continuar empregado. Esta mesma convocatória foi feita no *Bilhete* 321, porém, em virtude da greve realizada nos dias 2 e 3 de agosto, esta reunião foi transferida.

**Dia 3/9, segunda-feira,
às 18h, no Sindicato**

Fortaleça a categoria metroviária!

O Sindicato dos Metroviários é, hoje, reconhecidamente, uma das entidades mais importantes do movimento sindical brasileiro.

Sofremos várias tentativas de eliminação de direitos e conquistas mas, com mobilização e determinação, conseguimos barrar todas elas e, ao longo dos anos, mantivemos um dos melhores Acordos Coletivos do país.

Temos ao nosso favor um alto índice de sindicalização que, além de nos dar densidade de mobilização,

nos garantiu recursos para financiar nossas lutas. Porém, hoje, os ataques se intensificaram e os instrumentos para nos sufocar se ampliaram, motivo este que torna imprescindível a ampliação das sindicalizações, para garantirmos a manutenção de nossas conquistas.

Temos que agir diferentemente daqueles que querem dividir para conquistar. Se você ainda não é sindicalizado, venha defender seus direitos.

Sindicalize-se já!

Lançada a Frente Parlamentar em Defesa do Metrô Público e Estatal

Proposta pelo Sindicato dos Metroviários, e com apoio dos deputados Raul Marcelo (PSOL) e Simão Pedro (PT), a Frente Parlamentar em Defesa do Metrô Público e Estatal foi lançada no dia 22/8, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

Esta iniciativa tem como objetivo construir um amplo movimento de resistência aos ataques do governo Serra e Metrô, o que inclui a retirada de direitos e conquistas da categoria metroviária, terceirizações, a expansão e privatização do Metrô, entre outros.

Durante o lançamento da Frente foi possível constatar uma ampla adesão de parlamentares, o que fortalece a busca de respostas do governo Serra e Metrô quanto à forma como vêm gerindo os serviços de transporte no Estado.

Esta atividade também contou com a participação de lideranças de outras categorias, da CUT, Conlutas, Intersindical, de representantes da Associação de Moradores da Região de Pinheiros, próximo à cratera da futura estação Pinheiros da Linha 4 – Amarela, entre outras entidades.

Convocação dos parlamentares

Ao final da atividade, os metroviários se organizaram em grupos para visitar todos os gabinetes da Alesp e entregar a todos os parlamentares um dossiê com breves relatos dos seguintes assuntos: a forma repressiva como o governo Serra vem tratando os metroviários, que lutam pela garantia de seus direitos: a parcialidade no trato das questões que envolvem o Metrô, tendo em vista que até

agora ninguém foi responsabilizado pelos acidentes ocorridos nas obras da Linha 4 e o modelo de gestão que continua o mesmo; e as denúncias de irregularidades e ilegalidades cometidas no Edital de Concorrência Internacional da PPP da Linha – 4.

Junto com este dossiê foi entregue um convite para adesão à Frente Parlamentar em Defesa do Metrô Público e Estatal.

Direito de greve

O repúdio às demissões no Metrô e a defesa do direito de greve pautaram todas as intervenções realizadas durante o lançamento da Frente. Há disposição de todos os parlamentares para pressionar o governo Serra e o Metrô a rever a demissão em massa promovida contra a organização dos metroviários, bem como para impedir que seja aprovada uma Lei Anti-Greve no Congresso Nacional.

Vítimas da cratera da Linha 4

Representando a Associação dos Moradores da região de Pinheiros, Zelma Marinho descreveu com detalhes o sofrimento dos cidadãos que moram na região da cratera aberta na futura estação Pinheiros da Linha 4 – Amarela em 12 de janeiro de 2007.

De acordo com seus relatos, além do trauma psicológico, o que restou aos moradores foram diversos prejuízos em suas casas, como rachaduras, pisos desnivelados, tetos desmoronados, entre outros.

As dificuldades para denunciar estas situações são piores ainda! Nem o Consórcio Via Amarela e muito menos o governo do Estado querem assumir a responsabilidade dos seus atos.

Até hoje o governo estadual não deu respostas à população sobre a morte de sete pessoas na Linha 4. Não teve agilidade para tratar essa questão assim como fez com os metroviários.

A Frente Parlamentar em Defesa do Metrô Público e Estatal com certeza se mobilizará para que os responsáveis assumam seus deveres enquanto gestores de obras públicas, garantindo a segurança e os direitos dos cidadãos e trabalhadores.